



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Ética, Direitos humanos e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Justiça e Violência.

ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

Michael Hudson Dantas¹

Resumo: Os dados sobre a violência no Brasil demonstram o quanto esse fenômeno cresce de forma alarmante. Assim, objetivamos analisar as características da violência no Brasil por meio de um breve resgate da formação social e histórica desse país. Para tal, realizamos pesquisa bibliográfica, além da utilização de documentos e relatórios produzidos sobre esse fenômeno na realidade brasileira.

Palavras-chave: Violência; Autoritarismo; Formação sócio-histórica do Brasil.

Abstract: Data on violence in Brazil show how much this phenomenon is growing at an alarming rate. Thus, we aim to analyze the characteristics of violence in Brazil by means of a brief rescue of the social and historical formation of that country. For this, we perform bibliographic research, besides the use of documents and reports produced on this phenomenon in the Brazilian reality.

Keywords: Violence; Authoritarianism; Socio-historical formation of Brazil.

1 INTRODUÇÃO

No primeiro dia do ano de 2019 tivemos a cerimônia de posse do novo presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro² (PSL). Sua eleição foi fruto de uma articulação internacional conservadora, capaz de eleger um presidente considerado racista, machista, LGBTfóbico e apoiador de práticas de tortura e da ditadura militar. Esse cenário sinaliza grandes desafios à classe trabalhadora, em toda a sua diversidade, especialmente às mulheres, aos negros e negras e à população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).

A conjuntura perpassada por uma crise estrutural do capital já impõe, por si só, imensos desafios à vida de trabalhadores e trabalhadoras. No entanto, o momento é também de avanço de uma direita extremamente conservadora sob o ponto de vista econômico e moral, com fortes traços fascistas e violentos.

Os índices de violência só aumentam a cada dia, fundamentalmente em se tratando da violência urbana. Consideramos que, em nosso país, esse

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: <michaelhudsondantas@gmail.com>.

² Eleito para um mandato de 04 (quatro) anos – de 2019 a 2022.

crescimento tem características bastantes peculiares, que se relacionam diretamente com a formação histórica de uma nação localizada na periferia do capitalismo, marcada por forte relação de dependência e subordinação ao capital internacional, além do caráter antidemocrático, autoritário e violento da formação da burguesia e do Estado nacional brasileiro.

Diante dessas constatações, nos fizemos as seguintes perguntas: quais as características da violência no Brasil? Qual a relação de determinação entre a reprodução da violência e as particularidades da formação social e histórica? É sobre o que trataremos nesse artigo.

2 FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: aspectos de um desenvolvimento marcado pela desigualdade

A formação social brasileira é marcada por alguns aspectos que se desdobram desde o Brasil Colônia até os dias atuais, como o caráter autoritário da elite nacional e a subordinação ao capital e às elites internacionais.

Ao analisar a história desse país é impossível desconsiderar que esses aspectos estruturam boa parte das relações aqui constituídas, inclusive porque isso tem a ver diretamente com a forma com que as expressões da questão social são respondidas por essas terras – sempre como caso de polícia, através da repressão e da violência, apesar de responder, também, por meio de políticas sociais.

O processo de colonização é um grande exemplo histórico de violência contra os povos originários e saqueamento das riquezas do país por seu colonizador, Portugal. Durante muitos anos, a colônia portuguesa foi utilizada apenas com a intenção de extrair as riquezas aqui encontradas.

Com isso, dada a necessidade de produção dessas riquezas aqui presentes e a escassez da força de trabalho para tal, Portugal se move na “direção do revigoração da escravidão na era moderna, uma vez que exploravam a costa da África e passaram a comercializar negros” (SANTOS, 2012, p. 56). Através da utilização do tráfico de negros(as) trazidos(as) da África inicia-se uma parte da nossa história que finca a marca racista na constituição das relações sociais, do Estado e da elite nacional brasileira.

Santos (2012) considera que esse é um elemento fundamental para compreender como foi a escravidão aqui: não se tratou de um sistema escravista, mas de uma escravidão de um povo dentro de um relação já comercial do capitalismo. Nesse contexto, o sistema feudal já se encontrava em ruína e o capitalismo em desenvolvimento. É o processo que conhecemos como acumulação primitiva do capital. As colonizações foram essenciais para isso.

Nessa realidade, o tráfico negreiro se constituiu como algo extremamente lucrativo aos negócios portugueses, dado que, com essa forma de exploração da mão de obra, poderiam produzir as riquezas a baixíssimos custos.

Durante todo esse processo de dominação portuguesa e de escravização do povo negro, as violências – em suas diferentes expressões – são parte da estrutura óssea para manutenção dessas relações. Foi preciso violentar e tentar apagar a história, a cultura e as religiões dos povos originários e de negros e negras escravizados(as).

O tráfico de negros(as) advindos da África durou até que o capitalismo não se interessasse mais por essa forma de exploração da força de trabalho e necessitou do advento de outra - assim como a própria abolição da escravatura só ocorreu mediante os mesmos interesses (SANTOS, 2012).

Ocorre que o capitalismo estava em pleno desenvolvimento e era necessário instituir o trabalho assalariado como forma de exploração da força de trabalho. Por isso, já no período monárquico, a forte pressão inglesa pela abolição do tráfico de negros escravizados foi fundamental para tal fato ocorrer, atuando como o “paladino internacional” na luta contra o tráfico negreiro, nas palavras de Prado Júnior (2004).

Santos (2012) ressalta que essa extinção acarretaria o fim quase que por completo da escravidão no país, uma vez que o Brasil se valia basicamente do tráfico para repor a mão de obra escravizada, dadas as condições pelas quais viviam esses sujeitos.

Logo em seguida, é decretada a abolição da escravatura no Brasil, através da famosa lei áurea, que na prática, apenas jogou negros e negras ao abandono quase completo, uma vez que, após anos de escravidão, se encontravam sem escolaridade e capacitação exigidas pelo mercado emergente, sem terras, isto é, sem nada além de sua força de trabalho, considerada praticamente descartável, aceita apenas para a realização dos trabalhos mais degradantes.

Nesse prisma, Fausto (1997, p. 221) reforça: “a abolição da escravatura não eliminou o problema do negro. A opção pelo trabalhador imigrante, nas áreas mais dinâmicas da economia, e as escassas oportunidades abertas ao escravo, em outras áreas, resultaram em uma profunda desigualdade social da população negra”.

Por muito tempo, a abolição da escravatura foi sustentada ideologicamente como um processo que garantiu a liberdade de negros e negras escravizados(as), no entanto, apenas os impuseram uma situação de ócio forçada. Não é à toa que existe, até hoje, a ideia de que todo negro é “burro, vagabundo e preguiçoso”.

Além disso, acreditamos ser importante ressaltar outra característica basilar da nossa formação social: o seu caráter patriarcal. Especificamente sobre essa característica no período escravocrata, Saffioti nos diz o seguinte:

As mulheres da época escravocrata apresentavam os requisitos fundamentais para submeter-se, sem contestação, ao poder do patriarca, aliando à ignorância uma imensa imaturidade. [...] Era normal que aos 15 anos a mulher já estivesse casada e com um filho, havendo muitas que se tornavam mães aos 13 anos. Educadas em ambiente rigorosamente patriarcal, essas meninas-mãe escapavam do domínio do pai para, com o casamento, caírem na esfera do domínio do marido (SAFFIOTI, 2013, p. 240-241).

Ainda nesse contexto, é preciso que relembremos que, mesmo em uma estrutura patriarcal, existia uma importante diferenciação entre as mulheres: a de raça/classe. As mulheres brancas, ainda que submetidas a diversas formas de violência tinham uma situação de vida bem menos complexa, no que se refere à vivência das violências e da exploração da sua força de trabalho, que as mulheres negras.

Sobre isso, Pinheiro (2018, p. 50) analisa:

Se sobre as mulheres brancas pesava o alto poder do patriarca, na figura do seu pai ou marido, que lhes impunham uma dura moral sexual e que seguissem a rigor as tarefas tidas como femininas, para as mulheres negras pesava a escravidão que lhes explorava não só o trabalho, mas seus corpos para fins de reprodução de força de trabalho, como também para satisfação sexual dos desejos dos homens brancos, negando-lhes qualquer possibilidade de composição familiar e de direitos sobre as suas vidas e corpos, num verdadeiro processo de coisificação.

Logicamente, as desigualdades de sexo, raça e classe não se esgotam nesse período e repercutem até os dias atuais, como partes fundamentais das relações sociais aqui construídas, baseando, inclusive, todo o processo de constituição do Estado e da elite nacional. Também por isso, o poder aqui sempre esteve nas mãos dos homens brancos e burgueses.

O processo de formação do capitalismo no Brasil é marcado por particularidades próprias do desenvolvimento nos países periféricos: com fortes traços de subordinação e dependência e que foge ao “modelo universal” das revoluções burguesas nos países do centro do capitalismo (FERNANDES, 2006), além do autoritarismo das elites e do Estado como *modus operandi* sobre a tomada de decisões e enfrentamento dos conflitos de classe.

Ianni (1984) afirma que “Todas as formas históricas do Estado, desde a Independência até o presente, denotam a continuidade e reiteração de soluções autoritárias, de cima para baixo, pelo alto, organizando o Estado segundo os interesses oligárquicos, burgueses e imperialistas”, nos colocando em um processo de contrarrevolução burguesa permanente.

Além disso, tivemos a construção de uma burguesia nacional fundamentalmente dependente da internacional, estabelecendo uma relação que se espraia da colonização até hoje - de entrega das nossas riquezas aos países colonizadores e do centro capitalista, além da consequente produção de riquezas voltada para fortalecer as economias dessas nações.

Segundo Netto (1996, p. 18), “no Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou *contra* o “atraso”, mas mediante a sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados”, também em razão de não ter realizado as transformações estruturais que constituem traço indispensável em algumas formações históricas, como o rompimento com a estrutura agrária rígida e a passagem de poder dos latifundiários para os capitalistas.

As decisões político-econômicas aqui tomadas veem sempre de cima para baixo, por meio de um processo antidemocrático e antipopular, justificados pela tese de uma classe trabalhadora amorfa, como se ela não tivesse condições de decidir por si só sobre os rumos de suas vidas ou de participar ativamente das decisões relacionadas aos rumos do país, ainda que suas vidas sejam diretamente afetadas por isso. Com isso, há uma “reiterada exclusão das classes

subalternas, historicamente destituídas da cidadania social e política” (IAMAMOTO, 2015, p. 130) do processo decisório sobre a condução da vida nacional.

Durante toda a formação social brasileira, a forma que as elites enfrentaram os possíveis “levantes” das classes subalternas foi por meio da violência e da repressão, demonstrando seu caráter autoritário de maneira ainda mais explícita. A questão social aqui, como analisa lamamoto (2015), sempre foi tratada como caso de polícia.

Coutinho (1989) considera que o Estado cumpre um papel decisivo “nos caminhos trilhados pela modernização ‘pelo alto’, em que as classes dominantes se antecipam às pressões populares, realizando mudanças para preservar a ordem” (p. 122), evitando, conseqüentemente, qualquer possibilidade de ruptura radical. Além disso, ressalta que o caráter elitista e antipopular desse processo se expressa na “conciliação entre as frações das classes dominantes com a exclusão das forças populares, no recurso frequente aos aparelhos repressivos e à intervenção econômica do Estado” (p. 122).

Segundo lamamoto (2015, p. 132), “O Estado é capturado historicamente pelo bloco de poder, por meio da violência ou cooptação de interesses”, por exemplo, por meio da imposição de ditaduras. Portanto, quem esteve no comando desse Estado e dos rumos adotados sobre a economia e a política nacional, sempre foi uma elite restrita e bastante poderosa, deixando qualquer caráter democrático de lado.

Existem diversos exemplos dessa maneira em que o Estado e a elite nacional atuam diante dos conflitos de classe ao longo de toda a história do Brasil - na colonização (com o extermínio indígena), na escravidão (com o assassinato ou punições violentas aos negros, principalmente com os considerados rebeldes ou que tentavam fugir de seus senhores), no período monárquico, na República velha, no Estado novo, nas ditaduras que experienciamos, e até nos períodos em que vivemos a pretensa democracia burguesa (como hoje); as respostas às resistências de classe sempre foram por meio da violência e do autoritarismo.

Contudo, ainda que tenham encontrado diversas respostas desse tipo, trabalhadores e trabalhadoras, negros e negras, mulheres, LBGT, camponeses e camponesas, e indígenas resistiram em todo o processo de constituição desse país. A tese, portanto, de uma classe trabalhadora amorfa é fadada ao fracasso

pela própria existência em si. A sociedade brasileira, o povo que construiu a riqueza desse país, sempre resistiu aos entraves postos pelas elites e pelo Estado autoritário.

3 CARACTERÍSTICAS DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

Como vimos, toda a construção social e histórica brasileira contou com a violência como seu pilar de sustentação, demonstrando que sua atuação é uma verdadeira potência econômica (COSTA, 2018) e como a parteira de toda nova sociedade, como demonstrou Marx. As classes dominantes utilizam a violência sempre para garantir as transformações que julgam serem necessárias para a manutenção de sua dominância. Isso ocorre no processo de colonização do Brasil por Portugal, no período escravocrata, e ganha novos contornos sob o comando do capital.

Na formação sócio-histórica brasileira, as classes dominantes utilizam a violência como estratégia indispensável. Basta que vejamos o tratamento dispensado a negros e negras aqui – da escravidão aos dias atuais; ou, ainda, como as mulheres são tratadas desde então. Os povos que construíram a riqueza desse país são os mais atingidos pela violência ao longo de toda a história.

Isto é, a formação brasileira carrega marcas violentas em todas as suas etapas, fundamentalmente impostas pelas elites que exerciam a dominação em cada período. Hoje, “somos síntese de um passado de dominação e exploração com raízes na escravidão, no colonialismo e no patriarcalismo” (SANTOS; CISNE, 2018, p. 97).

Os dados apresentados no Atlas da violência de 2018, que retrata como esse fenômeno se desenvolve no Brasil de 2006 a 2016, são alarmantes. Os índices de homicídio são cada dia maiores e mais preocupantes. Segundo este documento, “Em 2016, o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios, segundo informações do Ministério da Saúde (MS). Isso equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa” (IPEA; FBSP, 2018, p. 3).

Ou seja, a violência no Brasil tomou proporções alarmantes com dimensões de países que vivenciam guerras civis e políticas. É de se esperar, portanto, que a população clame por respostas e não há surpresa no fato de a burguesia apresentar saídas conservadoras, como as expostas por Jair Bolsonaro durante o processo eleitoral de 2018 que culminou com sua eleição a presidente do Brasil.

Além disso, precisamos lembrar que essa elite e esse Estado se construíram sob bases patriarcais e racistas, determinando, pois, algumas das características centrais da violência no país – os alvos prioritários são, em sua maioria, as mulheres e a população negra. Assim, ressaltamos que esses índices não são à toa. Têm relação direta com a construção histórica desse país, arraigados no patriarcado e no racismo.

Nesse contexto, o Atlas supracitado evidencia o seguinte:

Uma das principais facetas da desigualdade racial no Brasil é a forte concentração de homicídios na população negra. Quando calculadas dentro de grupos populacionais de negros (pretos e pardos) e não negros (brancos, amarelos e indígenas), as taxas de homicídio revelam a magnitude da desigualdade. É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos. Em 2016, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%). Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. Cabe também comentar que a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras (IPEA; FBSP, 2018, p. 40).

Ou seja, o que há, na verdade, é um extermínio da população negra no Brasil. No desenrolar da formação sociohistórica brasileira, negros e negras são os(as) mais assassinados, se encontram em situações mais precárias de trabalho, recebem os menores salários, estão em situações mais precárias no que diz respeito ao acesso à educação, à saúde, à moradia, etc. Isto, é, a população negra sofre diversos tipos de violências e violações de direitos no cotidiano que, numa escala social, ela é posta no ponto mais baixo em comparação aos demais sujeitos.

Compreendemos, no entanto, a necessidade de não homogeneizar nem a classe trabalhadora, nem tampouco a população negra. Esses são, fundamentalmente, diversos, e isso impacta também em vivências diversas. Por

exemplo, ainda que os homens negros estejam em situação de precarização das condições de vida e submetidos a várias formas de violência, precisamos considerar que essa situação se intensifica ainda mais em se tratando das mulheres negras. Essas, sim, numa escala social, são as que se encontram no nível mais intenso no que se refere à vivência das violências.

Nesse contexto, o relatório publicado pela OXFAM Brasil “País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras – 2018” com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD) de 2016 e 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela a grande desigualdade de renda entre grupos raciais no país:

As desigualdades de renda entre grupos raciais aumentaram nos últimos dois anos. Em 2016, negros ganhavam R\$ 1.458,16 em média, o que corresponde a 57% dos rendimentos médios de brancos, equivalentes naquele ano a R\$ 2.567,81. Já em 2017, os rendimentos médios de negros foram de R\$ 1.545,30 enquanto os dos brancos alcançaram R\$ 2.924,31, diminuindo a razão de rendimentos para 53%. [...] Como resultado, desigualdades raciais são visíveis dentro de estratos específicos de renda. A média geral da renda da metade mais pobre da população era de R\$ 749,31 em 2016, sendo que brancos pobres ganhavam em média R\$ 882,23 e negros pobres R\$ 634,66. Em 2017, a média geral para esse grupo era de R\$ 804,35, de modo que brancos da metade mais pobre ganhavam R\$ 965,19 enquanto negros dessa faixa recebiam R\$ 658,14. Nesse período, negros pobres ficaram ainda mais pobres, com redução de cerca de 2,5% de renda, enquanto brancos seguiram direção oposta, com incremento de quase 3% de renda (OXFAM Brasil, 2018, p. 20).

Ou seja, além da concentração de renda no Brasil ser altíssima, quando analisamos isso sob o recorte racial identificamos que a população negra não é apenas o alvo da violência letal, mas também está inserida de forma ainda mais desigual no sistema do capital em comparação aos trabalhadores não-negros.

Ademais, a título de mais um exemplo, segundo a PNAD Contínua - Educação 2017, o acesso à educação também é diferenciado entre negros e brancos, apresentando que em 2017 a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade era de 9,9% para pessoas negras, enquanto para brancas 4,2%.

No que diz respeito ao caráter patriarcal da violência no Brasil, empreende-se que as mulheres são outro grande alvo, tanto da política estatal e das elites brasileiras quanto da praticada dentro de seus lares, fundamentalmente, pelos sujeitos que estabelecem relação afetivo-sexual.

Segundo o Instituto Maria da Penha³, por exemplo, a cada dois segundos uma mulher é vítima de violência física ou verbal no Brasil.

De acordo com o Atlas da violência de 2018, “em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, observa-se um aumento de 6,4%” (IPEA; FBSP, 2018, p. 44).

É preciso ressaltar, no entanto, que essa violência não ocorre apenas no Brasil, ou tampouco é isolada em qualquer parte do mundo. Ela faz parte de uma relação sistêmica, ou melhor, dialeticamente, a estrutura também, como citado anteriormente. No entanto, não podemos deixar de considerar os índices dessa violência no país e a conseqüente marca patriarcal que isso imprime na história dessa nação.

Por exemplo, Cisne e Santos (2018) utilizando o pensamento de Ribeiro (1995), citam que no processo de colonização brasileira,

as mulheres indígenas eram tidas como “de sexo bom para fornicar, de braço bom de trabalhar, de ventre fecundo para prenhas”. Assim, sobre as negras e indígenas pesou a exploração sexual, seja para fins de realização do prazer dos homens, seja para aumentar a população escravizada, ou seja, a força de trabalho para acumulação. Se para os homens essas mulheres eram “de sexo bom para fornicar”, certamente, a recíproca não era verdadeira para elas. Em outras palavras, nossas mulheres negras e indígenas sofreram estupro. Assim, a visão idílica sobre a miscigenação do Brasil, sob o manto de uma *pseudodemocracia racial*, cai por terra. A marca violenta do patriarcado no regime escravista imprimiu seu legado sexista de forma implacável (p. 103).

Ou seja, boa parte do povoamento no Brasil foi realizado por meio de estupros às mulheres negras e indígenas, gerando essa falsa ideia de uma democracia racial. Trata-se, concretamente, de uma política elitista e extremamente violenta de extermínio do povo negro, indígena e das mulheres.

As marcas do patriarcado e do racismo, enraizadas nesses períodos históricos, deixaram seu legado fortemente presente nas relações sociais e nos marcos que os sucederam. No período da autocracia burguesa no Brasil, por exemplo, a tortura implementada pela ditadura não foi igual para homens e mulheres. Quase todas as mulheres, além de todas as violências sofridas pelos homens, foram estupradas e

³ Fonte: <https://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/em-numeros-a-violencia-contra-a-mulher-brasileira/>.

submetidas a práticas de humilhação referentes à sua sexualidade (CISNE; SANTOS, 2018, p. 102).

Ainda segundo Cisne e Santos (2018), as mulheres brancas estavam submetidas ao papel de donas de casa e mães de família, sem direito à educação, etc., tampouco à posse de seus corpos. Ainda assim, é preciso considerar que entre essas há uma significativa diferença: as mulheres brancas também exerciam dominação sobre as mulheres negras na escravidão, elas também exploram estas no período capitalista, etc. De maneira geral, ainda que tenham semelhanças pela sua condição de mulher, a raça/etnia e a classe social as divide substancialmente.

Hoje, segundo o IBGE, as mulheres ganham 22,5% a menos que os homens no mercado de trabalho para exercer a mesma função. A diferença média salarial entre uma mulher negra e um homem branco é de 60%, chegando até 80% em algumas funções.

O Relatório da OXFAM Brasil cita:

[...] as desigualdades entre rendimentos de mulheres e homens [...] aumentaram nos últimos dois anos. Segundo dados das PNAD contínuas, mulheres ganhavam cerca de 72% do que ganhavam homens em 2016, proporção que caiu para 70% em 2017. Trata-se do primeiro recuo em 23 anos. Em 2017, a renda média de mulheres era de R\$ 1.798,72, enquanto a de homens era de R\$ 2.578,15. Em relação ao ano anterior, ambos tiveram incrementos médios gerais de renda, com um aumento de 5,2% nos rendimentos dos homens correspondentes a mais que o dobro do obtido pelas mulheres (2,2%). Na metade mais pobre, contudo, houve perdas – maiores no caso das mulheres pobres (-3,7%) do que no dos homens pobres (-2%) (OXFAM Brasil, 2018, p. 22).

De fato, as desigualdades de sexo, raça e classe estruturaram as relações sociais no Brasil de maneira tal que as características centrais da violência no país giram em torno dessas dimensões. Constata-se um processo de constituição de uma política elitista e violenta das elites e do Estado brasileiro contra o povo negro e as mulheres, assim como tudo que se relaciona a esses sujeitos sociais.

Diante disso, acreditamos ser indispensável considerar a violação aos direitos também como violência, assim como a própria desigualdade de sexo, raça e classe. As diversas dimensões desse fenômeno determinam a configuração social e histórica de muitos países, como o Brasil. Como já citado

anteriormente, Marx (1978) já afirmara que a violência é a parteira de toda nova sociedade, além de atuar como uma verdadeira potência econômica (COSTA, 2018).

Por isso, as elites e o Estado nacional, por meio de seus organismos ideológicos e de repressão fortalecem a ideia de que é preciso mais violência para acabar com a violência, de que há necessidade da polícia e do exército para reprimir e impor a “ordem”. No entanto, essa forma de intervenção tem alvos certos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de uma conjuntura em que o tema da violência é considerado como um dos grandes problemas nacionais, não é de se surpreender, como afirmamos anteriormente, que o ex-deputado Jair Messias Bolsonaro se elegeu a presidente do Brasil no último período eleitoral tendo como pauta central a violência, apresentado “soluções” conservadoras para tal fenômeno. As afirmações giram em torno de armar a população para que ela possa, sozinha, se defender da “bandagem”.

Ou seja, Bolsonaro apenas reproduz, em seu discurso de então candidato e hoje presidente, o que as elites e o Estado nacional sempre o fizeram: apresentar soluções pensadas e decididas pelo alto, de forma antipopular e autoritária, utilizando dos aparelhos ideológicos e de repressão do Estado para convencer a trabalhadores e trabalhadoras que esse é o caminho para acabar com a violência no país.

Após breve análise sobre as características da violência no Brasil, é possível identificar que as tendências apontadas e construídas ao longo da formação social e histórica se reproduzem de forma bastante similar desde a colonização. Ou seja, algumas das principais características desse fenômeno estão na dimensão patriarcal e racista com a qual foi construída a história brasileira.

Com isso, é indispensável lembrarmos que há uma centralidade na figura da mulher (e de tudo que se relaciona ao feminino de alguma maneira, inclusive os sujeitos LGBT, por exemplo) e da população negra no que diz respeito às

violências no país. São os(as) que estão mais expostos e que vivem com maior intensidade suas expressões.

Contudo, acreditamos ser importante afirmar que todo esse processo não se deu sob uma atuação passiva da classe trabalhadora ou dos sujeitos historicamente atingidos por essas questões. Indígenas, negros(as), mulheres, LGBT sempre resistiram, mesmo que submetidos a diversas formas de violência.

Não dá para fortalecer a ideia que nossa classe é amorfa ou incapaz de tomar os rumos da nação. O caminho, no entanto, não passa pela construção de uma alternativa dentro do sistema capitalista. Esse, por si, é fundamentalmente violento. Sem a violência, o sistema do capital não se mantém nem se reproduz. É preciso construir uma forma de sociabilidade radicalmente diferente.

REFERÊNCIAS

CISNE, Mirla; SANTOS, S. M. de M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

COSTA, M. **Violência e capitalismo**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - Educação 2017**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf>. Acesso em 06 março 2019.

IPEA; FBSP. Atlas da violência 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf> . Acesso em 06 março 2019.

MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. In: **O Capital** (edição resumida por Julian Borhard, trad. Ronaldo A. Schmidt. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1966.

OXFAM Brasil. País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras – 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf>. Acesso em 06 março 2019.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 46ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PINHEIRO, L. S. **Movimento de Mulheres Camponesas**: uma análise do feminismo camponês popular. (Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte). Mossoró, 2018.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de serviço social; v. 6).